

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR vem, por meio do presente, justificar a contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

1. OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado em plataforma web de gestão em saúde pública, incluindo manutenção, suporte técnico, atualização evolutiva, customizações, migração e tratamento de dados, capacitação de usuários e demais serviços correlatos, destinados ao atendimento das necessidades do CONIMS.

1.2. A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se pela inviabilidade de competição, diante da existência de fornecedor exclusivo apto à prestação dos serviços relacionados à solução tecnológica atualmente utilizada pelo Consórcio.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

2.1. A presente demanda decorre de necessidade devidamente formalizada pelo Setor de Tecnologia da Informação, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, que evidencia a essencialidade do sistema informatizado de gestão em saúde para a execução das atividades institucionais do CONIMS.

2.2. Considerando que o sistema atualmente utilizado é ferramenta essencial para o funcionamento do Consórcio, sendo responsável pela operacionalização de atividades como agendamento de consultas, faturamento, regulação, emissão de relatórios e gestão de informações assistenciais e administrativas, entre outros.

2.3. Considerando a dependência tecnológica e a inviabilidade prática de substituição do sistema de gestão em saúde, embora existam, em tese, outras soluções tecnológicas disponíveis no mercado, a substituição do sistema atualmente utilizado pelo CONIMS mostra-se tecnicamente inviável no caso concreto.

2.3.1. Considerando que o sistema IDS Saúde encontra-se implantado e em uso contínuo no Consórcio desde o ano de 2016, estando profundamente integrado aos fluxos operacionais, à base de dados institucional e às rotinas administrativas e assistenciais.

2.3.2. Considerando que tentativa anterior de substituição da solução tecnológica, por meio de processo licitatório regularmente conduzido (Processo Licitatório nº 085/2024 –

Pregão Eletrônico nº 04/2024), resultou na contratação da empresa SITCON TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, por meio do Contrato Administrativo nº 326/2024, com início de vigência em 06/05/2024, a qual não conseguiu, até novembro de 2024, realizar sequer a migração dos dados do sistema então adotado pelo CONIMS, tampouco implantar funcionalidades mínimas essenciais ao funcionamento do Consórcio, em total descompasso com o cronograma contratado.

2.3.3. Considerando que a referida inexecução contratual ensejou a instauração do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 030/2024, com determinação de suspensão do contrato e posterior rescisão, evidenciando risco concreto de paralisação das atividades institucionais e exigindo a adoção de medidas emergenciais para garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde.

2.3.4. Considerando que, nesse contexto, a substituição da solução atualmente utilizada demandaria: (i) migração complexa de base de dados histórica; (ii) reestruturação de processos operacionais; (iii) readequação de integrações com sistemas externos; (iv) capacitação integral de usuários; e (v) elevado risco de perda de dados, inconsistências e descontinuidade dos serviços.

2.3.5. Considerando que, dessa forma, não se está diante de uma escolha discricionária entre soluções disponíveis no mercado, mas sim de uma situação concreta de dependência tecnológica consolidada, na qual a continuidade da solução atual se revela imprescindível à manutenção dos serviços públicos essenciais.

2.4. Considerando as falhas na execução contratual da empresa intermediária, conforme demonstrado no Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 017/2026, instaurado em face da empresa SINNC SOLUÇÕES LTDA, dentre as quais destacam-se: instabilidade sistêmica e baixa performance; inconsistências graves de dados; ausência de resolutividade de chamados técnicos; descumprimento de níveis de serviço (SLA); e fragilidade na segurança da informação e no controle de registros.

2.5. Considerando que a empresa SINNC atua como mera intermediária na prestação dos serviços, sem domínio pleno da solução tecnológica, dependendo da empresa desenvolvedora (IDS) para a resolução de demandas técnicas, o que compromete a eficiência, a tempestividade e a qualidade do suporte prestado.

2.6. Considerando a inviabilidade de competição e a exclusividade técnica, reitera-se que a solução tecnológica utilizada pelo CONIMS é de natureza proprietária da empresa desenvolvedora (IDS), a qual detém domínio exclusivo sobre o código-fonte, arquitetura do sistema e estrutura de dados, circunstância que impede que terceiros realizem, com segurança e integralidade, manutenções estruturais, atualizações evolutivas ou correções sistêmicas profundas.

2.7. Considerando que, diante do cenário apresentado, a contratação direta da empresa desenvolvedora da solução tecnológica constitui medida necessária, adequada e

proporcional, uma vez que elimina a intermediação atualmente existente, responsável por fragilidades na execução contratual; garante acesso direto ao suporte técnico especializado; assegura maior agilidade na resolução de demandas; fortalece a governança sobre o sistema e sua evolução; reduz riscos operacionais e institucionais; e assegura maior confiabilidade, integridade e rastreabilidade dos dados.

2.8. Considerando o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 017/2026 instaurado em face da empresa SINNC Soluções, intermediária do sistema IDS Saúde, o qual evidencia, em juízo preliminar, indícios consistentes de descumprimento contratual, caracterizado pela persistência de falhas sistêmicas, inconsistências operacionais e ausência de solução definitiva para problemas reiteradamente reportados, conforme Termo de Abertura que instruirá o presente processo.

2.9. Considerando que a contratação pretendida se encontra alinhada aos princípios da Administração Pública, especialmente a continuidade do serviço público, ao evitar interrupções em serviços essenciais de saúde; a eficiência, ao proporcionar suporte técnico mais ágil e resolutivo; a segurança da informação, ao garantir maior controle sobre dados sensíveis; e a economicidade, ao evitar custos e riscos associados à substituição do sistema.

3. Diante do exposto, resta caracterizada, de forma inequívoca, e devidamente demonstrada nos autos, a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, justificando-se a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa desenvolvedora do sistema, em razão da dependência tecnológica existente, da exclusividade técnica da solução e da impossibilidade prática de substituição do sistema atualmente utilizado.

Assim, justifica-se a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa desenvolvedora do sistema, como medida necessária para assegurar a continuidade, eficiência e segurança dos serviços públicos prestados pelo CONIMS.

Pato Branco/PR, 22 de abril de 2026.

GESLANI CRISTINA GRZYB PINHEIRO
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

X7Z**YVW****KJL****1Z6**